

Funaro crê em acordo dentro da posição

ECONOMIA • 23

brasileira

BRASÍLIA — “Há condições para se chegar a um acordo em bases muito próximas às posições brasileiras, que são redução das transferências de recursos para o exterior e manutenção do processo de crescimento da economia”. A afirmação foi feita ontem pelo Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, a respeito da renegociação da dívida externa. Ele admitiu, porém, algumas dificuldades nos entendimentos com os bancos credores.

— Vamos levar as negociações até o último momento e acreditamos num acordo. Afinal de contas, estamos honrando nossos compromissos e temos o direito de negociar sem o aval do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Funaro reconheceu que os bancos “desejariam um acordo com o FMI”, mas como o Brasil rejeita o monitoramento da instituição e está pagando os juros não há motivo para não chegar a um entendimento com os credores.

Segundo o Ministro, o Brasil está brigando por dois pontos básicos: a redução das taxas de juros e o fim do monitoramento do FMI, porque isso implicaria aceitar condições que o Brasil não admite, comprometendo a decisão do Governo de promover o desenvolvimento econômico.

Funaro acredita que um acordo de curto prazo — no máximo três anos — com os bancos será benéfico para o Brasil, pois neste período poderão ocorrer mudanças que facilitem futuras negociações. Mas nos entendi-

mentos de curto prazo o País não abre mão da redução das elevadas taxas de risco (spreads) cobradas sobre os empréstimos. Em sua opinião, os spreads estão altos porque até agora os créditos eram de longo prazo, o que aumenta os riscos. Num acordo de dois ou três anos, o risco é menor e, portanto, a taxa também deve ser menor.

A reunião do grupo de Cartagena, realizada nos últimos dois dias em Montevideu, resultou “em um consenso entre os países devedores quanto à necessidade de reduzir as taxas de juros internacionais, de forma a viabilizar a retomada do crescimento econômico”, comentou o Ministro.

Para Funaro, a resposta das nações credoras em relação à grave crise dos países endividados não é satisfatória. O Plano Baker, na sua opinião, representa apenas uma melhoria no fluxo de caixa dos países devedores, “mas não tem nenhuma relação com o custo do dinheiro.”

No caso brasileiro, disse o Ministro da Fazenda, antes da elevação dos juros externos, a cada 18 anos o País pagava em juros o equivalente ao principal de sua dívida. Mas hoje, os juros de sete anos já equivalem ao principal, em um processo brutal de transferência de poupança para o exterior.

— Estamos remetendo em juros o equivalente a cinco por cento de nossa poupança. Não podemos mais pagar pelos desacertos da política econômica de outros países que sequer adotam os conselhos que nos dão.